

RECURSO ESPECIAL Nº 1.337.122 - SP (2012/0162166-5)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **ANTÔNIO CARLOS DE SOUSA**
ADVOGADO : **ANA CLÁUDIA MANFREDINI CICIVIZZO E OUTRO(S) - SP138061**
RECORRIDO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADA : **ENEIDA DE VARGAS E BERNARDES E OUTRO(S) - SP135811B**
RECORRIDO : **ESNEIDER GUAITOLI E OUTROS**
ADVOGADO : **PAULO ROBERTO BIDO - SP103228**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. ALEGADA OFENSA AO ART. 131 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. OFENSA AO ART. 284 DO CPC/1973. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO.

1. Não se configura violação ao art. 131 do CPC/73 quando, mediante convicção formada do exame feito aos elementos fático-probatórios dos autos, o acórdão tratou de forma clara e suficiente a controvérsia apresentada, lançando fundamentação jurídica sólida para o desfecho da lide.
2. A matéria relativa ao art. 284 do CPC/1973 não foi apreciada pela Corte local, carecendo do indispensável prequestionamento.
3. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por ANTÔNIO CARLOS DE SOUSA, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

HABILITAÇÃO DE CRÉDITO - Insolvência Civil - Preliminar de deserção afastada - Incidente que dispensa o recolhimento de custas - Instrumento particular de confissão de dívida - Contratos de honorários advocatícios - Título executivo extrajudicial - Ausência de elementos que confirmem o crédito reclamado - Prova produzida insuficiente, considerando as condições específicas - Risco de prejudicar demais credores - Recurso não provido

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 131 e 284 do CPC/1973.

Alega a violação ao princípio da prova formal e da persuasão racional na apreciação da prova, arguindo que a Corte local não se atentou para os documentos que instruíram a habilitação, não considerando a confissão de dívida com valores definidos

como hábil para indicar o montante devido.

Afirma que a Corte local não considerou que o recorrente constava da relação de credores apresentada pelos próprios devedores e cujos valores eram idênticos e não impugnados.

Aduz que o cálculo estava detalhadamente discriminado na confissão de dívida.

Sustenta que "entendendo que a exordial não havia sido suficientemente instruída, deveria ter determinado o disposto no art. 284 do Código de Processo Civil, em obediência ao princípio da instrumentalidade do processo, o que *in casu*, não ocorreu".

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 235-240.

É o relatório. Decido.

2. Não há falar em violação do art. 131 do CPC/73, pois, observa-se dos autos que, mediante convicção formada do exame feito aos elementos fático-probatórios dos autos, o acórdão tratou de forma clara e suficiente a controvérsia apresentada, lançando fundamentação jurídica sólida para o desfecho da lide. Apenas não foi ao encontro da pretensão da parte recorrente, o que está longe de significar violação ao art. 131 do CPC/73.

A propósito, "*Não há que se falar em contrariedade aos arts. 131 e 333, I, do CPC/1973 em razão da valoração promovida pelo magistrado das provas coligidas nos autos, porquanto no nosso sistema processual aquele é o destinatário destas; cabe-lhe, por força do art. 131 do CPC/1973, apreciar o acervo fático-probatório livremente indicando os motivos que lhe formaram o convencimento.*" (AgInt no AREsp 125.932/SP, Rel. Ministro Lázaro Guimarães (Desembargador convocado do TRF 5ª Região), Quarta Turma, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017).

Com efeito, a Corte local, com base na sua valoração das provas dos autos, manteve o indeferimento do pedido de habilitação do recorrente em ação de insolvência concluindo pela ausência de elementos que confirmem o crédito reclamado, com a seguinte fundamentação (fls. 164-165):

"É essencial observar neste caso as peculiaridades específicas da situação formada. A pretensão material, em valor manifestamente elevado, não poderia ficar sujeita somente à vontade dos contratantes.

Na lição de Humberto Theodoro Júnior (Da insolvência civil, forense, 2ª edição), é a forma de garantir a "par conditio creditorum", quando ocorre a crise de impotência patrimonial do devedor. Já não mais pode prevalecer o direito individual, mas necessário observar os interesses coletivos.

Não há como ser deferido o pedido de habilitação de crédito, mesmo com a juntada dos contratos firmados (honorários advocatícios e confissão de dívidas), diante da ausência de maiores elementos para se chegar (confirmar) ao quantum exato.

Na mesma obra acima (pág. 337), o referido autor indica que a habilitação sofrerá os mesmos encargos dos embargos na execução singular, e com isso o Banco do Brasil, de forma diligente, impugnou o pleito (fls. 29/33), de modo a obrigar que o habilitante fosse mais específico quanto ao valor reclamado. E naquele momento indicou, com razoável adequação, o risco de prejudicar os demais credores.

É certo que, de acordo com o art. 772, do Código de Processo Civil, pode ser determinada a competente instrução, em caso de impugnação, para a devida apuração do valor pretendido, mas neste caso, não era mesmo possível a diligência, diante da preclusão. A omissão foi do apelante, porque sustenta que nada mais precisava demonstrar, sendo suficiente a condição de título executivo extrajudicial, como ostenta os contratos anexados.

Deveria o habilitante ter trazido ao feito maiores elementos e documentos capazes de comprovar o crédito reclamado, como justificou a MMA. Juíza sentenciante. Adequada a cautela por ela apontada, ante os riscos que a situação específica provoca, em claro detrimento da massa de credores.

Afirma que é credor do valor de R\$2.238.941,70 e instruiu o pedido inicial com o instrumento particular de confissão de dívida e contratos de prestação de serviços advocatícios e honorários (fls. 05/16), em princípio, título executivo extrajudicial.

Porém, conforme consta do item 3 "Da forma de pagamento", o valor total foi parcelado em 12 pagamentos mensais e sucessivos de R\$ 186.578,48, vencida a primeira em 10.10.97, mas não esclarece na inicial qual ou quais parcelas foram quitadas, e o que é pior, como bem demonstrou a r. sentença, não há elementos mínimos para apuração e conferência do que foi estabelecido. Tudo está a indicar que nada foi pago em função desse parcelamento.

Pelo que consta do próprio contrato firmado, o valor seria decorrente de muitos anos da prestação de serviços (desde 1992), mas não se admite como razoável que por anos o profissional tenha trabalhado sem nada receber, e somente às vésperas de ingressar com pedido de auto-insolvência, o devedor firme contrato de confissão de dívida, com pagamento em parcelas, quando já não mais tinha condições de quitá-las.

Deveria, de fato, ter instruído o pedido de habilitação com cálculo do débito, atualizado, sem prejuízo de outros documentos essenciais à comprovação do crédito almejado, como fundamentou a MMª Juíza sentenciante.

Neste ponto, mesmo diante do entendimento pacífico acerca da validade do instrumento particular de confissão de dívida, como título executivo extrajudicial, o demonstrativo do débito atualizado é requisito essencial para indicar a efetiva liquidez e exigibilidade do título, sem o qual não é possível a habitação pretendida.

Por fim, e não menos relevante, pelos riscos aduzidos pelo apelado, o habilitante ainda preconiza a questão da natureza alimentar (privilegiada) do crédito, o que é sem dúvida mais um fator a justificar a cautela adotada pela r. sentença."

Ademais, o acolhimento da pretensão recursal, nesse ponto, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO. FALTA DE

FUNDAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA. NULIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. VÍCIO SANADO NA ORIGEM. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RENÚNCIA À EXECUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 131 DO CPC. SÚMULA N. 7/STJ. CONTRADIÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS. INOVAÇÃO RECURSAL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DE PROVAS. DECISÃO MANTIDA.

[...]

5. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático dos autos (Súmula n. 7 do STJ). No caso concreto, para acolher a pretensão recursal a fim de reconhecer que as decisões das instâncias ordinárias estão contrárias às provas dos autos (art. 131 do CPC), seria necessário o reexame do conjunto probatório do feito, o que é vedado em recurso especial.

[...]

8. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 522.658/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 01/09/2015, DJe 08/09/2015)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 165, 458, II, E 535 DO CPC/73. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 131 DO CPC/73. SÚMULA 7 DESTA CORTE. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. PRODUÇÃO DE PROVA INDEFERIDA. CONCLUIR DE MANEIRA DIFERENTE IMPLICA, NECESSARIAMENTE, ADENTRAR O SUBSTRATO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

2. "Não está obrigado o Magistrado a julgar a questão posta a seu exame de acordo com o pleiteado pelas partes, mas sim com o seu livre convencimento (art. 131, do CPC), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto" (AgRg no REsp 373.611/RJ, PRIMEIRA TURMA, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, julgado em 26/2/2002, DJ de 25/3/2002, p. 206). Via de regra, tais alegações esbarram no óbice da Súmula 7/STJ.

[...]

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1084738/GO, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 21/11/2017)

3. Por fim, a matéria do art. 284 do CPC/1973, relativa à emenda da inicial, não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmulas 282/STF e 211/STJ).

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL -
AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C

PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.

[...]

2. A ausência de enfrentamento da matéria pelo Tribunal de origem, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o acesso a esta Corte Superior, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento. Incidência das Súmulas 211 do STJ e 282 do STF.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1334571/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 19/11/2018)

4. Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator